

A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Revelino Cardoso dos Santos

Assistente Social na Secretaria de Saúde em Pontes e Lacerda/MT
Professor na União das Faculdades de Alta Floresta (UNIFLOR)
<http://lattes.cnpq.br/4300882297097827>
E-mail: cardoso.revelino@gmail.com

Adriano de Oliveira Rodrigues

Professor na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso - SEDUC
E-mail: pradrianooliveira56@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8473278606309119>

Resumo: A pesquisa teve como base referências disponíveis na área do serviço social, cujo objetivo foi trazer ao leitor elementos concretos de precarização do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da sociedade civil. Segundo Iamamoto (1998) a expansão de convênios do Estado com as organizações da sociedade civil é uma das formas de terceirizar as prestações de serviços sociais, reduzindo o quadro de funcionários públicos efetivos. Então, o setor estatal, tido como o campo de trabalho que mais empregava os assistentes sociais, vem reduzindo as oportunidades. A reforma do Estado viabiliza o aumento do desemprego da categoria na esfera pública. O desemprego tem forçado esses profissionais a buscarem, outros campos de trabalho para a reprodução da vida. O terceiro setor, devido sua expansão, vem absorvendo a maioria desses profissionais. Segundo Montaña (2002) vários assistentes sociais para reduzir os impactos do desemprego, aceitam nas organizações da sociedade civil contratações flexíveis e temporárias sem um mínimo de direitos trabalhistas. Ainda nesse viés, Paulo Netto (1996) afirmou que salvo o erro de análise, apostar nas organizações da sociedade civil como espaço de trabalho, é desconhecer os graves riscos do pluriemprego – roda viva em que profissionais são compelidos a diversas inserções empregatícias, num processo em que a fragmentação do mercado de trabalho pode conduzir a um processo de desagregação profissional.

Palavras-chave: Assistentes Sociais, Estado, Organizações da Sociedade Civil.

THE PROFESSIONAL PRACTICE OF SOCIAL WORKERS IN CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS

Abstract: The research was based on references available in the area of social services, whose objective was to bring to the reader concrete elements of the precariousness of the work of social workers in civil society organizations. According to Iamamoto (1998), the expansion of State agreements with civil society organizations is one of the ways to outsource the provision of social services, reducing the number of permanent public employees. So, the state sector, considered the field of work that most employed social workers, has been reducing opportunities. State reform makes it possible to increase unemployment in this category in the public sphere. Unemployment has forced these professionals to seek other fields of work to reproduce life. The third sector, due to its expansion, has been absorbing the majority of these professionals. According to Montaña (2002), several social workers, in order to reduce the impacts of unemployment, accept flexible and temporary hiring in civil society organizations without a minimum of labor rights. Still in this vein, Paulo Netto (1996) stated that except for the error of analysis, betting on civil society organizations as a work space is to ignore the serious risks of pluriemployment – a live circle in which professionals are compelled to different employment positions, in a process in which the fragmentation of the labor market can lead to a process of professional disaggregation.

Keywords: Social Workers, State, Civil Society Organizations.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa foi realizada, a partir de referências na área do serviço social. Com o avanço da doutrina neoliberal, cuja essência é o Estado mínimo, principalmente na efetivação dos direitos sociais. A atuação das organizações da sociedade civil passou a ser mais visível, bem como a prática profissional dos assistentes sociais, neste campo de trabalho. Sendo assim, o texto objetiva trazer ao leitor elementos concretos de precarização do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da sociedade civil.

É possível identificar, duas linhas de análise sobre as organizações do terceiro setor. Para alguns defensores da primeira tese, como Manziane (2011) e Zarpelon (2002) existem três setores na sociedade, sendo o primeiro, o Estado; o segundo, as empresas privadas e o terceiro: as associações, institutos privados, fundações privadas, entidades de classe, dentre outras instituições privadas que não visam lucro que atuam na área social. Enquanto, as empresas visam lucros, as organizações não governamentais, não almejam lucros, mas o bem estar da sociedade civil, do público atendido por ela. Em síntese, são consideradas organizações privadas, mas com fim coletivo.

A segunda linha de análise entende que o terceiro setor é uma ideologia neoliberal, viabiliza a desregulamentação e redução do Estado na garantia de direitos sociais através das políticas sociais públicas, promovendo um novo direcionamento nas respostas às manifestações da questão social: essencialmente privado, por meio do mercado e das iniciativas da sociedade civil. Isto significa isentar e desresponsabilizar o Estado e o capital das sequelas da questão social. O artigo teve como enfoque essa tese.

Para Yazbek (1996) a filantropia no Brasil não é uma novidade na trajetória das políticas sociais. Porém, nos últimos anos, vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de proteção social do país. A refilantropização camufla o novo para preservar o velho, transforma direitos em ajuda, em favor, em ação solidária, em participação da sociedade civil organizada, isto é, em ações que terminam por ampliar a desigualdade social.

De acordo com Netto (2006 p. 45) “o tratamento contemporâneo da questão social despolitiza seu reconhecimento na realidade brasileira como expressão das relações de classe nesta sociabilidade, visto que retira do Estado a responsabilidade histórica com as seqüelas sociais originárias do modo de produção capitalista. Constituem-se ações minimalistas para enfrentar uma questão social maximizada”. É nesse cenário que as organizações não governamentais expandem e adquirem posição estratégica no enfrentamento das expressões da questão social, representando a sociedade civil.

Toda análise acerca do exercício profissional dos assistentes sociais nas organizações do terceiro setor, exige do pesquisador uma compreensão a priori de fatores mais amplos, que compõe a agenda dos debates contemporâneos, nas diversas áreas do conhecimento. Dentre eles destaca-se a transformações no modo de produção capitalista (fordismo para o toyotismo), mudanças no mundo do trabalho e a reforma do Estado Brasileiro. O intuito das seções a seguir é apresentar, essência dos fatores supracitados, bem como, os fatores que condicionam a atuação dos assistentes sociais nas organizações do terceiro setor.

2 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O MUNDO DO TRABALHO

Após a segunda guerra mundial, os países industrializados viveram um longo período de desenvolvimento econômico, os trinta anos dourados do capitalismo. A economia capitalista sob a liderança do capital industrial, apoiada na organização da produção em bases tayloristas e fordista, cuja essência era o consumo e a produção em série, e em grande escala com grandes concentrações operárias, na cultura do trabalho assalariado e na ação reguladora do Estado.

O fordismo teve como base o pensamento econômico keynesiano foi o suporte político-ideológico para a expansão do Estado de Bem Estar Social. Foi acompanhada por um novo regime de acumulação, nesta etapa coube ao Estado direcionar recursos para o financiamento do capital, bem como para a reprodução da força de trabalho. O Estado viabilizou a expansão do mercado, preservando o poder aquisitivo da população, através das políticas econômicas e sociais. As políticas keynesianas, além

do pleno emprego, garantiam o padrão salarial, visto que o Estado viabilizava salários indiretos, criando uma rede de serviços coletivos: saúde, educação e habitação.

Esse paradigma de desenvolvimento fordista/keynesiano criou o “pacto de classes”, fruto de um pacto social entre o Estado, empresariado e sindicato, o que levou uma ampliação das funções do Estado em termos de políticas públicas, permitindo que fosse liberada parcela da renda familiar para o consumo de bens duráveis.

De acordo com Mota (1995) a partir dos finais da década de 1960, este modelo apresenta sinais de desgaste e esgotamento expressando em um conjunto de fatores: redução do crescimento econômico, queda na taxa de lucro, redução na produtividade das empresas, endividamento internacional e o desemprego estrutural. Nos anos de 1980, a crise econômica torna-se mais visível e os fatores externos que tiveram destaque neste processo de consolidação da crise foram: o choque do petróleo de 1973, as lutas sociais pela libertação dos países periféricos e as mudanças dos movimentos sindicais na condução dos processos reivindicatórios e na direção dos direitos sociais adquiridos no decorrer deste período.

Antunes (2003) entende que a crise do fordismo/keynesiano é a expressão fenomênica da crise estrutural do capital e destaca os traços que mais evidenciaram a crise do capitalismo: a queda na taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, hipertrofia da esfera financeira, a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas, a crise do welfare state e o aumento expressivo das privatizações.

A reestruturação produtiva não está limitada ao mundo da produção e aos seus avanços, implica um processo mais global, de modificação política, podendo ser entendida na correlação de força entre capital e trabalho. O capital opera as mudanças no plano de acumulação, reorganizando o processo produtivo e transformando as relações capital/trabalho, sem abrir mão da sua hegemonia. Para legitimar um processo de classe dominante, estabelece novos paradigmas de controle de força de trabalho, pela busca de consenso entre as classes para a superação da crise.

Em relação à reorganização do espaço e atividades fabris, houve a necessidade de readaptação do trabalhador sob a nova realidade dos espaços produtivos, dando lugar ao trabalhador multifuncional, apto a desenvolver várias

atividades e responsabilizar pelo processo de produção na sua totalidade. Diante desse contexto, chegamos ao ápice da precarização do trabalho, o não reconhecimento dos direitos sociais. A exploração da força de trabalho passa a ser levada ao máximo, conforme relata Montañó (2002).

Quando a sociedade se transforma, o modo de viver, também se modifica e com isso, surgem novas necessidades humanas; e novos campos de trabalho. O terceiro setor é um desses campos, ainda pouco estudado, num viés dialético.

3 REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

A crise fiscal do Estado está relacionada à desaceleração do crescimento econômico, com isso a despesa do Estado tornou-se maior que a receita. Visto que nos trinta anos dourados do capitalismo, o Estado era o protagonista na promoção do desenvolvimento econômico. Após, o governo Collor de Melo, o Estado brasileiro começou a enxugar os gastos, principalmente nas políticas públicas: saúde, educação e habitação. Mas, a reforma do Estado no Brasil tem seu expoente no governo Fernando Henrique Cardoso, conforme as diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Estado, do Ministério da Administração em 1998.

De acordo com Yamamoto (2006) o Plano Diretor parte do suposto de que o Estado, os governos anteriores, desviou-se das funções básicas ao ampliar sua presença no setor produtivo, colocando em evidência o modelo econômico vigente. Com isso, os governos relatam que a crise é do Estado, e não do mercado, tal como foi a crise de 1929/30, o que se fez necessário uma reforma do Estado.

Para Bresser Pereira (1998) a crise do Estado se expressa na deterioração dos serviços públicos, desemprego, no agravamento da crise fiscal e inflação sem controle. O que demonstra, na visão governamental, o esgotamento da estratégia estatizante e a necessidade de ultrapassar de um estilo de administração pública a favor de um modelo gerencial. O modelo gerencial tem como base a confiança, descentralização da confiança, formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, incentivos à criatividade, voltados para a figura do cidadão cliente, sendo cliente, compra as políticas públicas, paga pelos serviços sociais, não mais o Estado deve ser o responsável direto, executar das políticas públicas, para se tornar o

promotor e regulador desse desenvolvimento transferindo para as organizações sociais a execução dos serviços sociais.

A partir da segunda metade da década de 1980 a crise do Estado fica mais visível. O governo federal justifica as causas da falência do Estado brasileiro, atribuindo o problema à crise fiscal, destacando que a administração pública gasta mais do que arrecada, gerando um saldo negativo. Outras justificativas são apresentadas, conforme destaca Bresser Pereira (1998) o excesso de atuação do Estado na economia deve ser substituído pela lógica do mercado; Algumas funções do Estado devem ser transferidas para as organizações públicas não governamentais, que fazem parte do terceiro setor; a gestão pública está pressa diante das leis, dos procedimentos rígidos que devem ser flexibilizados.

Para Montaño (2002) a suposta escassez de recursos estatais serve de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a reforma estatal está articulada como o projeto de liberar, desimpedir e desregulamentar a acumulação do capital, retirando a legitimação sistêmica e o controle social da lógica democrática e passando a lógica da concorrência do mercado, tornando uma verdadeira contrarreforma, operada pela burguesia neoliberal.

No Brasil, não configurou o Estado de Bem Estar, nas prerrogativas de direitos conquistados. Mesmo, assim o capital propôs como saída para a crise dos anos de 1980, a reforma do Estado por meio da implementação do Projeto Neoliberal que foi seguido pelos países em desenvolvimento, a base disso foi o Consenso de Washington. A essência do Projeto Neoliberal foram os programas desenvolvidos por Reagan (EUA) e Thatcher (Inglaterra) e desde o início dos anos de 1990 vem sendo socializada, via agências financeiras e de cooperação internacional.

No Brasil, o enfrentamento das expressões da questão social, no atual momento do Estado Neoliberal configura o fenômeno da refilantropização da assistência social. Na medida em que o governo transfere para a sociedade civil a responsabilidade de amenizar os problemas sociais.

4 ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A profissão de assistente social nasceu no auge do capitalismo monopolista, e em meio às lutas de classes, objetivando reduzir as expressões da questão social. Além de atender as expectativas dos capitalistas, no que diz respeito à preservação e controle da força de trabalho, também viabilizou conquistas significativas aos trabalhadores operários. Essa profissão, por nascer, diretamente ligada ao Estado e atuar junto às políticas públicas, o setor público sempre foi um amplo espaço de trabalho. Assim, se a política neoliberal reduz as funções sociais do Estado, é óbvio que ocorrem impactos na profissão. Os cortes orçamentários para manter a estabilidade do sistema financeiro são justificativas para reduzir as intervenções sociais do Estado e incentivar a expansão das organizações do terceiro setor.

Segundo Yamamoto (1998) a expansão de convênios do Estado com as organizações da sociedade civil é uma das formas de terceirizar as prestações de serviços sociais, reduzindo o quadro de funcionários públicos efetivos. Então, o setor estatal, tido como o campo de trabalho que mais empregava os assistentes sociais, vem reduzindo as oportunidades. A reforma do Estado viabiliza o aumento do desemprego da categoria na esfera pública. O desemprego tem forçado esses profissionais a buscarem, outros campos de trabalho para a reprodução da vida. O terceiro setor, devido sua expansão, vem absorvendo a maioria desses profissionais.

Segundo Montaño (2002) vários assistentes sociais para reduzir os impactos do desemprego, aceitam nas organizações da sociedade civil contratações flexíveis e temporárias sem um mínimo de direitos trabalhistas. Ainda nesse viés, Paulo Netto (1996) afirmou que salvo o erro de análise, apostar nas organizações da sociedade civil como espaço de trabalho, é desconhecer os graves riscos do pluriemprego – roda viva em que profissionais são compelidos a diversas inserções empregatícias, num processo em que a fragmentação do mercado de trabalho pode conduzir a um processo de desagregação profissional.

De acordo com Andrade (2006) o aumento dos contratos dos assistentes sociais com as organizações da sociedade civil não expressa uma alternativa sólida aos espaços perdidos no Estado. As organizações do terceiro setor, somente

ampliam suas contratações, por uma questão conjuntural: a) A desestruturação proposital do sistema público/estatal de assistência social; b) Mudanças no financiamento estatal e na legislação a estas instituições; c) O aumento da procura por atendimento nas organizações da sociedade civil. O terceiro setor para o assistente social é um espaço profissional que deve ser ocupado com criatividade e competência técnica, teórica e política. Estes são os desafios que devem nortear a ação profissional nessas instituições. Não deve ser apenas executor de programas ou projetos, mas planejadores propositores de políticas públicas que beneficiem a classe trabalhadora.

5 CONCLUSÃO

De acordo com Sposati (1995) o assistencialismo é o contraponto do direito, da assistência como proteção ou seguridade social. Assim, é o acesso a um bem através de uma benesse social, de uma doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor. Este é transformado em um dependente, como a autora afirma, “um dependente, um devedor, o assistencialismo tem sempre um sujeito – público ou privado – e um sujeito. O sujeito age como se fosse ele o proprietário de um bem que distribui, dada a sua vontade, a alguém, e ganha o reconhecimento e a dádiva de favor por essa prática” (1995, p. 5). Para alguns especialistas as atuações das organizações do terceiro setor, tem como base o assistencialismo.

A relevância do estudo, dentre tantos motivos, se expressa em um quadro da precarização do trabalho dos assistentes sociais nas Organizações do Terceiro Setor. Conforme, Vasconcelos (2018) a ontologia da vida social está no trabalho como produtores de valores de uso. E o modo como se dá à efetivação deste trabalho é o assalariamento. Isto o configura como prática funcional do capitalismo. Neste sentido todas as dimensões da vida social têm uma relação essencialmente dependente das condições de produção.

É fato que a categoria profissional tem conseguido avançar na produção e divulgação do conhecimento, e tem buscado fortalecer a luta da classe trabalhadora pela consolidação dos direitos sociais. Porém, a atual conjuntura, rema na contramão dos direitos sociais e dos princípios defendidos pelo projeto profissional.

Desmontando as políticas sociais e apresentando como desafio para o avanço do Projeto Ético Político do Serviço Social, em qualquer espaço sócio ocupacional dos assistentes sociais, sendo nas organizações do terceiro setor, iniciativa privada, ou seja, qualquer outro espaço, o desafio é o mesmo.

Vieira apud Lopes (2010) polemiza posições otimistas que vêem no crescimento das Organizações da Sociedade Civil uma abertura dos canais de decisão à participação da sociedade civil. O autor destaca que os discursos dos apologistas dessas organizações procuram geralmente desqualificar o Estado como esfera de efetivação das políticas públicas. Tal argumentação tem como pano de fundo realçar a importância das Organizações do Terceiro Setor, onde muitas vezes obscurece o fato de que várias organizações não definiram sua posição no confronto entre os projetos sociais, hoje posto em pauta, no campo das políticas sociais.

Segundo Braz (2007) a massificação do ensino superior no país tem rebatimentos na profissão, que tem ampliado exponencialmente seu quadro profissional, sem assegurar a qualidade no processo de formação. Essa fragilidade repercute no exercício desses profissionais, quando desqualificados, vulneraliza a imagem da profissão no sentido de valorização na sociedade, além de pressionar para baixo as já desfavoráveis condições salariais. E também, tende a dificultar a formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional

Portanto, não podemos perder o foco em manter a hegemonia do Projeto Ético Político do Serviço Social, para isso se faz necessário, como relata Paulo Netto relata o fortalecimento da organização política no âmbito da categoria. A articulação das entidades representativas com outras categorias e outros sujeitos coletivos se torna necessário para formar uma contra hegemonia, na busca do fortalecimento de uma contracorrente na conjuntura da reação burguesa e neoconservadora.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Renato Almeida de. **O enfrentamento da Questão Social e o terceiro setor: O serviço social e suas condições de trabalho nas ONGS.** Vila Velha: Univila, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 9^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a formação e a negação do trabalho. 5^a ed. Boitempo, 2001.

BATISTA, Aline Maria de Melo. **Por fora do Estado:** a inserção dos assistentes sociais nas ONGs de João Pessoa - PB. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. João Pessoa, 2003.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: CFESS. **Revista Inscrita** n.10, Ano VII. Brasília, 2007.

COSTA, Selma. Frossard. **O Serviço Social e o Terceiro Setor.** Serviço Social em Revista, v. 07, n. 02, Londrina/PR: UEL, 2005.

IAMAMOTO, Marilda.; CARVALHO, Raul. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 10^a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil.** 6^a ed. São Paulo: Cortez, 1988.

LOPES, José. Rogério. **Terceiro setor:** a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>. Acesso em 27/08/2010.

MANZIONE, Sydney. **Marketing para o terceiro setor.** São Paulo: Novatec, 2011.

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social:** crítica ao padrão de emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana. Elisabete. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos de 1980-90. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOCHETTI, Ivanete (Org.). **Política Social:** alternativas ao neoliberalismo. (Política Social 2). Brasília, DF: UNB, p. 61-83, 2006b.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17 n50, p.87 -132, abr. 1996.

PEREIRA, Luiz. Carlos. Bresser. **A reforma do estado dos anos 90**: lógica do mecanismo de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. “Cidadania e comunidade solidaria”: **In. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n 48, 1995.

YASBECK, Maria. Carmelita. **A Política Social Brasileira nos anos 90**: a refilantropização da questão social. Cadernos do CEAS. Salvador, n. 164, p. 37-51, 1996.

VANCONCELOS, Diva. Helena. Frazão; ALCOFORADO, Elizabeth; FERREIRA, Fábio Alves. **Crise Política e Social**: Ofensiva neoconservadora e neoliberal, estratégias e enfrentamento. Recife: Edupe, 2018.

ZARPELON, Sandra Regina. **ONGs e políticas sociais no Brasil na década de 90**. 2002. 182 f dissertação (mestrado em ciências política) – UNICAMP – Campinas – São Paulo.